



Eixo Temático: 7. Educação Diversidade, Inclusão e Desigualdades

DEMOCRATIZAÇÃO DA LEITURA À LUZ DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES DEMOCRATIZATION OF READING IN THE LIGHT OF THE CAPABILITIES APPROACH

Vanilson Viana Cardoso¹
Cátia Noemi Schneider Sparenberger²
Jamile Tabata Balestrin Konageski³
Anderson Amaral de Oliveira⁴

RESUMO

Este estudo analisa as contribuições da abordagem das capacidades de Amartya Sen (2010, 2011) para a democratização da leitura. Parte-se da premissa de que a leitura é um direito humano universal (Candido, 2011) e um ato político essencial à cidadania plena (Freire, 1967). Diante das profundas desigualdades no Brasil (Zambam, 2014), considera-se necessária a proposição de novas bases teóricas e metodológicas sobre o tema. Os resultados indicam que a abordagem das capacidades valoriza as singularidades humanas. Políticas públicas e escolhas pedagógicas devem considerar tanto o acesso a livros e bibliotecas quanto o combate a estigmas relacionados à leitura. O desafio envolve compreender as dinâmicas de funcionamentos, escolhas e realizações dos alunos, bem como as condições sociais que influenciam suas experiências antes e depois do contato com a literatura, seja ele precoce ou tardio.

Palavras-chave: Democratização da leitura. Capacidades. Letramento. Educação democrática. Justiça social.

ABSTRACT

This study analyzes the contributions of Amartya Sen's capability approach (2010, 2011) to the democratization of reading. It is based on the premise that reading is a universal human right (Candido, 2011) and a political act essential to full citizenship (Freire, 1967). In light of Brazil's deep inequalities (Zambam, 2014), the study argues for the need to propose new theoretical and methodological foundations on the subject. The findings indicate that the capability approach values human singularities. Public policies and pedagogical choices must consider both access to books and libraries and the fight against stigmas related to reading. The challenge involves understanding the dynamics of students'

¹ Graduando do Curso de Letras, Português e Inglês da Unijuí - RS, vanilson.cardoso@sou.unijui.edu.br;

² Graduando do Curso de Letras, Português e Inglês da Unijuí - RS, catia.sparenberger@sou.unijui.edu.br;

³ Professora Supervisora do Subprojeto: Letras Português e Inglês e História e Professora da Rede Pública Municipal de Ijuí/RS, jamile.konageski@sou.unijui.edu.br;

⁴ Coordenador do PIBID, subprojeto Letras Português/Inglês e História da Unijuí anderson.amaral@unijui.edu.



functionings, choices, and achievements, as well as the social conditions that shape their experiences before and after contact with literature, whether early or late.

Key words: Democratization of reading. Capabilities. Literacy. Democratic education. Social justice.

INTRODUÇÃO

A democratização da leitura no Brasil é um desafio persistente, atravessado por desigualdades estruturais que limitam o acesso ao capital cultural. A fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis deve ser compreendida como um direito inalienável do cidadão (Sales; Paes, 2025). Entretanto, a realidade brasileira demonstra que a leitura tem sido historicamente utilizada como um marcador de distinção social, separando o homem instruído daquele considerado ignorante (Bortolanza, 2019).

Diante deste cenário, este artigo propõe analisar o acesso à cultura escrita fundamentado na abordagem das capacidades de Amartya Sen (2010, 2011). O desenvolvimento, nesta perspectiva, é visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam (Sen, 2010). Nesse contexto, o acesso à literatura deixa de ser apenas uma questão técnica de alfabetização para se tornar uma capacidade essencial, permitindo que o indivíduo atue como agente de sua própria história e participe plenamente da vida em sociedade.

O problema central deste estudo está ancorado na emergência de discussões que possibilitem analisar o ensino e o letramento literário, sobretudo como processos emancipatórios do sujeito. O objetivo, portanto, é investigar como os conceitos de funcionamentos e capacidades podem orientar novas práticas pedagógicas e políticas de incentivo à leitura, para além de um fim em si mesma. Busca-se, ao mesmo tempo, lançar novos olhares sobre a democratização da leitura.

Destaca-se que o estudo foi desenvolvido a partir de reflexões proporcionadas pela participação dos autores junto ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Os resultados reforçam a imprescindibilidade desse programa enquanto política pública voltada para a formação docente inicial e continuada. Sobretudo, diante das experiências obtidas com o trabalho de campo nas escolas, a partir de pesquisas, leituras, seminários, proposições pedagógicas e intervenções realizadas ao longo do percurso acadêmico.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-bibliográfica. De acordo com Severino (2013), a pesquisa bibliográfica é uma modalidade autônoma de investigação científica, em que o pesquisador emprega registros disponíveis no acervo científico, decorrentes de pesquisas anteriores, com o objetivo de analisar e interpretar as contribuições já produzidas sobre o tema. Desta forma, os resultados obtidos proporcionam a articulação crítica entre os referenciais teóricos utilizados.

O percurso metodológico partiu da análise da abordagem das capacidades, proposta por Amartya Sen (2010, 2011). A partir do reconhecimento das heterogeneidades pessoais como fator indissociável da formação de leitores, buscou-se articular essa perspectiva com as contribuições de Magda Soares (1999) acerca do letramento crítico, ético e democrático. A interpretação dos referenciais seguiu a orientação hermenêutica, em que o objetivo é compreender os sentidos produzidos pelos textos em articulação com o contexto histórico e social que os condiciona (Severino, 2013). Isso possibilitou ampliar a análise da democratização da leitura com base na perspectiva das capacidades humanas (Sen, 2010, 2011), contribuindo assim com a proposição de bases teóricas e metodológicas acerca da leitura no contexto escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A abordagem das capacidades e o desenvolvimento como liberdade

A abordagem das capacidades desloca o foco da análise do desenvolvimento humano da renda e dos bens materiais para as oportunidades reais de vida (Sen, 2011). O êxito da sociedade deve ser visto prioritariamente pelas liberdades substantivas que as pessoas detêm (Sen, 2010). Para se avaliar a liberdade que uma pessoa efetivamente possui, é necessário considerar que “o ajuste entre a provisão de bens primários que alguém detém e as liberdades substantivas que essa pessoa pode de fato desfrutar pode ser muito imperfeito, e que esse problema pode ser resolvido focando-se em suas capacidades reais” (Sen, 2011, p. 95).



Aplicada à educação, essa premissa permite considerar que o acesso à educação e à leitura não devem ser assegurados apenas como mecanismos que almejam o crescimento econômico, mas fins constitutivos do próprio desenvolvimento. Essa articulação teórica tem sido proposta, por exemplo, nas discussões sobre os impactos do envelhecimento populacional na sociedade (Cardoso, 2022), demonstrando como a abordagem das capacidades pode ser aplicada a diferentes fenômenos sociais. Essa aproximação reforça o seu potencial heurístico para investigar desigualdades estruturais e acoplamentos em campos diversos.

A ideia de liberdade na concepção de Sen (2010, 2011) possui dois construtos centrais no processo de desenvolvimento, que são o papel constitutivo e o papel instrumental (Vogt; Botelho; Wentroba, 2023). No papel constitutivo, a liberdade substantiva, como o saber ler e escrever, seria vista como mecanismo que enriquece a vida humana e evita problemas como o analfabetismo (Sen, 2010). Já no papel instrumental, essas mesmas capacidades funcionariam como ferramentas capazes de possibilitar ao indivíduo reivindicar outros direitos e influenciar a direção das políticas públicas (Zambam, 2014).

A concepção de pobreza, como consequência, também seria deslocada para uma perspectiva muito além da escassez de recursos financeiros. Envolveria, pois, a privação de capacidades básicas que impedem o sujeito de funcionar plenamente na sociedade (Sen, 2010). Uma sociedade negadora dos meios para ler e interpretar o mundo é, fundamentalmente, uma sociedade injusta, pois limita o conjunto de capacidades dos indivíduos (Zambam; Cenci, 2022). O ponto de tensão, em vista da liberdade substantiva, exige, contudo, que as heterogeneidades pessoais estejam no escopo de um projeto de desenvolvimento, construído com base na justiça social e na construção da cidadania plena. Logo, o aperfeiçoamento de um agir democrático, uma prática libertadora, conforme defendido por Paulo Freire (1967).

Esse constructo mostra-se viável na medida em que as condições para as escolhas individuais, funcionamentos e o poder de agência sejam considerados essenciais, tanto quanto são as condições de acesso e acessibilidade às produções literárias ao longo da formação escolar. A falta de acessibilidade educacional não ocorre apenas pela ausência física de acesso às obras, mas também pela falta de habilidades leitoras, que possibilitam a fruição da literatura (Sales e Paes, 2025). Há também as barreiras decorrentes das desigualdades econômicas, geográficas e culturais, que também impedem que o livro chegue às mãos dos estudantes.



3.2 Funcionamentos, agência e a formação do leitor

Para compreender a formação do leitor, é necessário articular os conceitos de funcionamentos e agência. Os funcionamentos referem-se aos diversos estados e ações que uma pessoa valoriza, enquanto a capacidade representa a liberdade substantiva de realizar diferentes combinações desses funcionamentos (Sen, 2011). A condição de agente, por sua vez, caracteriza alguém que age e ocasiona mudança, cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores (Sen, 2010).

No ensino da literatura, promover a condição de agente significa instrumentalizar o aluno para que ele deixe de ser um beneficiário passivo e se torne protagonista de sua aprendizagem (Coelho, 2023). A leitura literária atua como um instrumento de contextualização do mundo, propiciando reflexões profundas sobre os componentes mentais e emocionais da compreensão (Borges; Besnosik, 2009).

Entretanto, as práticas escolares muitas vezes falham ao tratar o aluno de forma interpassiva, reproduzindo ideologias dominantes sem abrir espaço para o questionamento (Menezes, 2019, p. 49). Superar esse modelo exige que a escola rompa com procedimentos reprodutivistas e passe a estimular o diálogo contínuo entre textos e leitores, favorecendo a tomada de decisão fundamentada (Angelo; Roesler, 2009).

A literatura, em seu sentido formativo, exige que o leitor assuma uma postura ativa de construção de sentidos. Contudo, o ensino muitas vezes recai em uma “concepção pragmática e utilitária da literatura” (Dias *et al.*, 2026, p. 18), fragmentando a obra para fins estritamente gramaticais. Para superar esse modelo, é preciso reconhecer que a obra literária é um universo no qual “o leitor não é passivo, e pode reagir de maneiras diversas” (Dias, 2020, p. 51), fortalecendo sua condição de agente e sua capacidade de reflexão crítica sobre a realidade.

3.3 Letramento crítico e o direito à literatura

A democratização da leitura exige a superação da mera alfabetização técnica em favor do letramento. Magda Soares (1999) define o letramento como o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de escrita. Ou seja, o letramento



não é apenas um saber técnico, mas uma condição social e cultural, pois a “alfabetização e o letramento são processos distintos, indissociáveis e interdependentes” (Lopes; Ximenes, 2025, p. 4). A democratização ainda é deficitária pois muitos indivíduos aprendem a decodificar, mas não se tornam usuários plenos da língua em contextos sociais (Borges; Besnosik, 2009).

A literatura desempenha um papel humanizador indispensável, pois confirma no homem traços essenciais como a reflexão, a aquisição do saber e o afinamento das emoções. É uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilação da nossa personalidade (Candido, 2011). Quando a escola não facilita o acesso ao texto literário integral, privilegiando fragmentos didáticos, ela esvazia o potencial transformador dessa arte (Sales; Paes, 2025).

O letramento crítico, nesse contexto, busca desnaturalizar discursos autoritários e capacitar o estudante para identificar relações de poder nos textos. Ler criticamente envolve reconhecer que a percepção dos significados está inseparável do próprio contexto do indivíduo e pertencimento sócio-histórico (Coelho, 2023).

3.4 A biblioteca escolar e as barreiras estruturais

A biblioteca escolar é o principal espaço de democratização do acesso ao patrimônio literário, mas sua realidade no Brasil é marcada pelo sucateamento. Dados de 2022 indicam que apenas 31% das escolas públicas brasileiras têm biblioteca. O desmonte desses espaços prejudica a formação de leitores nas camadas populares, para as quais a escola proporciona, frequentemente, a única oportunidade literária (Sales; Paes, 2025).

A ausência de profissionais qualificados, como o bibliotecário, compromete a mediação pedagógica, pois ele é indispensável para inserir a comunidade escolar no mundo da pesquisa bibliográfica e documental. A precariedade física das escolas, muitas vezes desprovidas de salas adequadas, leva os gestores a fazerem escolhas equivocadas (Sales; Paes, 2025).

Conforme pontuam Sales e Paes (2025), o investimento em infraestrutura e em bibliotecas vivas é uma exigência da justiça social. Para esses autores “[...] aos problemas de origem socioeconômica, somam-se outros fatores também, como os educacionais, geográficos e culturais” (p. 5). Eles ainda chamam atenção para o entrave das desigualdades econômicas à aquisição de livros, especialmente em vista de que em muitos casos as famílias carecem de



acesso a recursos básicos, como a alimentação. Não se pode pensar em comprar livros onde falta o básico para a sobrevivência, como comer ou vestir.

O Estado, por outro lado, tem a responsabilidade de oferecer oportunidades sociais que possam influenciar a liberdade substantiva dos indivíduos (Sen, 2010). Sem essas condições materiais, o direito à literatura permanece como uma promessa formal, sem se traduzir em uma capacidade real para a maioria da população.

3.5 Combate a estereótipos

É fundamental, por outro lado, combater o estigma de que os jovens não se interessam pela leitura. Pesquisas indicam que a nova geração é multimodal e consome textos em ambientes digitais, embora muitas vezes de forma fragmentada. Nesse sentido, o desafio docente também está em aproximar a cultura de massa da cultura escolar, valorizando a sensibilidade do aluno sem abrir mão da complexidade dos clássicos (Menezes, 2019).

A crise do ensino de literatura não está na exigência de obras complexas, mas na abordagem historicista e tecnicista que afasta o leitor iniciante (Todorov, 2010, *apud* Menezes, 2019). Para que a leitura seja emancipatória, ela deve ser ensinada como um ato político e de posicionamento diante da realidade. A formação de leitores críticos requer que a escola seja um ambiente democrático em que diferentes vozes são ouvidas e confrontadas (Menezes, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democratização da leitura, analisada à luz da abordagem das capacidades (Sen, 2010, 2011), revela-se como um pilar fundamental da justiça social. O acesso ao livro e ao letramento são necessidades básicas para a expansão das liberdades substantivas, bem como para o fortalecimento da agência individual. A escola, ao promover uma educação ética e democrática, cumpre seu papel de expansão de horizontes e de remoção de privações.

Contudo, a superação das desigualdades de leitura exige um compromisso conjunto entre o Estado, na implementação de políticas públicas de manutenção de bibliotecas, e o educador, na valorização das heterogeneidades dos discentes. Garantir o direito à literatura é



assegurar que cada indivíduo possua as condições necessárias para realizar as escolhas que valoriza, contribuindo para a construção de uma sociedade mais humana, livre e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio à realização deste trabalho, Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Cristiane M. P.; ROESLER, Valter Sávio. Conhecimentos prévios e práticas leitoras no ensino fundamental. **A Cor das Letras**, Feira de Santana, n. 10, p. 37-51, 2009.

BORGES, Heloísa B.; BESNOSIK, Maria Helena Rocha. Leitura e leitores: perfil da escola pública. **A Cor das Letras**, Feira de Santana, n. 10, p. 25-36, 2009.

BORTOLANZA, Ana M. E. Perspectiva histórica das práticas escolares de leitura no Brasil: entre rupturas e continuidades. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 2, p. 531-548, 2019.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011, p. 171-193.

CARDOSO, Vanilson V. **Envelhecimento populacional brasileiro à luz da abordagem das capacidades**: desafios para o sistema de saúde. 2022. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2022.

COELHO, Iandra Maria W. da S. Letramento crítico e exercício da problematização no desenvolvimento da compreensão leitora nas aulas de línguas. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 27, n. 55, p. 838-860, 2023.

DIAS, Ana C. É proibido proibir? Vetos à literatura em tempos conservadores. **Revista Graphos**, vol. 22, nº 2, 2020.

DIAS, Ana C. *et al.* **Carta à Associação Brasileira de Literatura Comparada**. Disponível em: <https://www.abralic.org.br/downloads/2023/CARTA-ASSOCIACAO-BRASILEIRA-DE-LITERATURA-COMPARADA.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2026.



LOPES, Limerce F.; XIMENES, Priscilla de A. S. Contribuições de Magda Soares para as políticas e práticas de alfabetização e letramento no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 51, p. 1-16, 2025.

MENEZES, Juliana A. B. **Educação literária no ensino médio: estudo de caso das escolas paranaenses**. 2019. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

REYMÃO, Ana E. N.; CEBOLÃO, Karla Azevedo. Amartya Sen e o direito à educação para o desenvolvimento humano. **Revista de Direitos Sociais e Políticas Públicas**, Maranhão, v. 3, n. 2, p. 88-104, 2017.

SALES, Cristiane N. de O.; PAES, Marcílio M. A biblioteca escolar como espaço de democratização do acesso à leitura literária. **Web Revista Linguagem, Educação e Memória**, v. 1, n. 23, p. 1-13, 2025.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. de Bolso, 2010.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. São Paulo: Autêntica, 1999.

VOGT, Paola; BOTELHO, Louise de L R; WENTROBA, Jaíne C. A teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 5, n. 2, p. 60-71, 2023.

ZAMBAM, Neuro J. A teoria da justiça de Amartya Sen: as capacidades humanas e o exercício das liberdades substantivas. **Episteme NS**, v. 34, n. 2, p. 47-70, 2014.

ZAMBAM, Neuro J.; CENCI, Ângelo V. A abordagem das capacitações (capabilities) e o exercício das liberdades: referências em Aristóteles e Amartya Sen. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 59, n. 236, p. 55-71, 2022.